


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

SENTENÇA

Processo nº: **0011134-24.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **TS Brasil Administração e Cobranças Ltda**
 Embargado: **Banco Santander Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Paulo César Scanavez**

TS Brasil Administração e Cobranças Ltda. opôs embargos à execução que, com fundamento em título executivo extrajudicial, lhe move **Banco Santander (Brasil) S/A**, dizendo que as planilhas de fls. 17/18 foram apresentadas de modo aleatório e sem elucidação, faltando-lhe o requisito da certeza. Incompreensíveis seu conteúdo quanto à incidência e exclusão dos juros remuneratórios. A CCB não é título executivo extrajudicial pois não observou o disposto no artigo 28 da Lei n. 10.931/04. Os R\$ 592.820,00 representam a soma de todos os contratos que as partes mantinham. A embargante já quitou inúmeras parcelas desse contrato. O embargado está pretendendo praticar o enriquecimento ilícito. Claro ter havido a prática do anatocismo. O bloqueio on-line deferido fere os princípios da ampla defesa e contraditório. Nulo o título extrajudicial. Pede a procedência dos embargos para nulificar o título exequendo, e se for deferida a penhora on-line sobre ativos que se restrinja a 20% do valor bloqueado. Documentos às fls. 14/22, 27/101.

O embargado impugnou os embargos às fls. 103/120 dizendo que a inicial é inepta pois não apontou qual a real extensão da dívida. A CCB é título executivo extrajudicial e está em ordem. A capitalização mensal de juros tem previsão na própria lei de regência. Improcedem os embargos.

Réplica às fls. 122/130.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide por aplicação do inciso I, do artigo 330, do CPC. A prova é essencialmente documental e consta dos autos. A perícia contábil não é necessária na espécie face aos fundamentos a serem deduzidos a seguir.

Com efeito, a inicial dos embargos à execução pautou-se pela generalidade e não apontou a real extensão do débito da embargante. Entretanto, não pode ser tida por inepta porquanto sustentou a nulidade do título e esse fato permitiu ao embargado a apresentação de suficiente defesa.

A CCB de fls. 14/16 e a planilha de fls. 17/18 da execução preenchem os requisitos exigidos do artigo 28, § 2º, da Lei n. 10.931/04. A embargante não se deu ao trabalho de desmerecer os valores e cálculos da planilha. Tinha ao seu dispor as cláusulas da contratação instrumentalizada através da CCB, as quais lhes serviriam de parâmetros para a elaboração de cálculo objetivando impugnar de modo específico a planilha. Se algum excesso pudesse conter na planilha a própria embargante tinha como demonstrá-lo.

A embargante de modo extremamente tímido disse no 3º parágrafo de fl. 07 que "os R\$ 592.820,00, que representa a soma de todos os contratos que as partes mantinham (doc. nº 01). Já quitaram inúmeras parcelas desse contrato que unificou os demais e mesmo assim continuam inadimplentes, de acordo com o embargado, da quantia de R\$ 678.716,54. Nota-se evidente enriquecimento ilícito por parte do banco". Ora, essa lacônica menção aos outros contratos não basta para autorizar apuração sobre supostos abusos praticados nos anteriores contratos. O juiz não pode, de ofício, determinar essa apuração, conforme consagrado em Súmula pelo STJ. É fato que depois do recebimento dos embargos à execução (fl. 25) a embargante exibiu nos autos os contratos de fls. 33/101, mas o fez de modo isolado, ausente o indispensável vínculo com a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

matéria fática suscitada na inicial dos embargos. Mesmo assim é de se verificar que todos os anteriores contratos bancários celebrados entre as partes se constituíram em CCBs. Sob esse prisma receberiam o mesmo tratamento jurídico dado por esta sentença ao título exequendo.

A CCB de fls. 14/18 da execução é título executivo extrajudicial, matéria consolidada através da Súmula 14 do STJ, tendo sua base normativa no artigo 28, da Lei 10.931/04.

A inicial também se ressentiu do vício da generalidade pois não especificou de modo explícito quais os abusos de cobrança perpetrados pelo embargado. Podia alegar e não o fez, bastando exemplificar algumas questões para enfatizar essa omissão: juros remuneratórios acima da média de juros praticados no mercado financeiro segundo eventual identificação promovida pelo Bacen; eventual cumulação abusiva de comissão de permanência, juros moratórios e multa.

A embargante questionou o fato do embargado ter praticado a capitalização dos juros remuneratórios por periodicidade inferior à anual.

Nenhuma ilegalidade ou abusividade existe nesse procedimento, já que a possibilidade do réu aplicar o critério da capitalização mensal tem previsão no inciso I, do § 1º, do art. 28, da Lei 10.931/04.

Essa lei viabiliza pois a capitalização mensal dos juros remuneratórios e a CCB realizada pelas partes prevê expressamente a possibilidade da adoção do critério da capitalização mensal dos juros remuneratórios, o que basta para ser reconhecida a legitimidade da cobrança. O STJ tem prestigiado este entendimento. As demais CCBs de fls. 33/101 desfrutaram das mesmas vantagens legais já apontadas.

Não custa registrar que a Súmula 382 do STJ prescreve: “A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade”, tanto que a limitação da taxa de juros reais a 12% ao ano foi muito questionada

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

no judiciário e rendeu a Súmula Vinculante nº 07 do STF: “A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha a sua aplicação condicionada à emissão de Lei Complementar”.

A embargante tirou agravo de instrumento da decisão de fl. 29 da execução que admitiu o arresto de ativos (artigo 655-A, do CPC), que nem sequer foi conhecido por intempestividade conforme fls. 74/75 da execução. Com efeito, essa questão ficou superada por força da preclusão. Inócua pois a alegação da embargante desenvolvida às fls. 8/10.

JULGO IMPROCEDENTES os embargos à execução.

Condeno a embargante a pagar ao embargado, 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado aos embargos à execução (fl. 12), sem prejuízo da exigibilidade dos honorários advocatícios fixados a fl. 22 da execução, e custas processuais.

P.R.I.

São Carlos, 07 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA